



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



A FRUTICULTURA IRRIGADA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE BARAÚNA – RN:
ANÁLISE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

ANA CRISTINA NOGUEIRA MAIA; GENIVALDA CORDEIRO DA COSTA;

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MOSSORÓ - RN - BRASIL

genivalda@servpro.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Comercialização, Mercados e Preços

A FRUTICULTURA IRRIGADA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO
MUNICÍPIO DE BARAÚNA – RN: ANÁLISE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO

Grupo de Pesquisa: Comercialização, Mercados e Preços.

Resumo

A fruticultura irrigada foi introduzida no Rio Grande do Norte, no final dos anos 70, pela empresa Maisa Agroindustrial S/A – MAISA, através do cultivo de melão. A partir da década de 80 outras empresas, como por exemplo, a FRUNORTE passaram a produzir melão e outras frutas na região. Porém, a partir de meados da década de 90, o melão passou a ser produzido também por médios e pequenos produtores da região, inclusive por produtores de áreas de assentamentos de Reforma Agrária, os quais se tornaram fornecedores do produto para a agroindústria – que se encarregava da venda do melão junto aos mercados externo e interno (COSTA, 2002). Este estudo teve como objetivo geral: analisar o processo de produção e comercialização da fruticultura irrigada desenvolvida em áreas de assentamentos do município de Baraúna – RN. E como objetivos específicos: verificar a forma de organização da produção e comercialização de frutas em áreas de assentamento; traçar o perfil sócio-econômico dos produtores; verificar a área plantada, a produção, produtividade e a quantidade comercializada (nos mercados externo e interno) de cada uma das frutas por assentamento; identificar os canais de comercialização adotados; verificar a renda dos produtores oriunda da fruticultura irrigada. De acordo com informações obtidas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baraúna, seis assentamentos naquele município trabalharam com a fruticultura irrigada produzindo melão, melancia, no período 2001-2004, enquanto no período 2005-2006 apenas cinco assentamentos trabalharam com a

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

produção de frutas, produzindo melão, melancia e mamão. Destaca-se que em algumas áreas o melão foi substituído pela melancia ou mamão.

Palavras-chave: produção, comercialização, fruticultura irrigada.

Abstract

The irrigated fruit was introduced in Rio Grande do Norte, in the end of the seventies, for the company Maisa Agroindustrial S/A - MAISA, through the melon cultivation. Starting from the decade of 80 other companies, as for instance, FRUNORTE started to produce melon and other fruits in the area. However, starting from middle of the decade of 90, the melon became also produced by medium and small producing of the area, besides for producing of areas of establishments of Agrarian Reform, which became supplying of the product for the agroindustries - that took charge close to of the sale of the melon the markets I express and internal (COAST, 2002). This study had as general objective: to analyze the production process and commercialization of the irrigated horticulture developed in areas of establishments of the municipal district of Baraúna - RN. And as specific objectives: to verify the form of organization of the production and commercialization of fruits in establishment areas; to trace the socioeconomic profile of the producers; to verify the planted area, the production, productivity and the marketed amount (in the markets I express and internal) of each one of the fruits for establishment; to identify the commercialization channels adopted; to verify the income of the producers originating from of the irrigated horticulture. In agreement with information obtained the Union of the Rural Workers of Baraúna close to, six establishments in that municipal district worked with the irrigated horticulture producing melon, watermelon, in the period 2001-2004, while in the period 2005-2006 only five establishments worked with the production of fruits, producing melon, watermelon and papaya. He/she/you stands out that in some areas the melon was substituted by the watermelon or papaya.

Key words: *production, trade, irrigated fruit.*

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 90, o melão tem estado entre o primeiro e o terceiro lugar na pauta de exportação do estado do Rio Grande do Norte. No período janeiro/dezembro de 2006, as exportações de melão representaram 15,64% do valor total exportado pelo do Estado, ocupando o primeiro lugar na pauta (MDIC, 2008). A fruticultura irrigada foi introduzida no Rio Grande do Norte, no final dos anos 70, pela empresa Maisa Agroindustrial S/A – MAISA, através do cultivo de melão. A partir da década de 80 outras empresas, como por exemplo, a FRUNORTE passaram a produzir melão e outras frutas na região. Porém, a partir de meados da década de 90, o melão passou a ser produzido também por médios e pequenos produtores da região, inclusive por produtores de áreas de assentamentos de Reforma Agrária, os quais se tornaram fornecedores do produto para a agroindústria – que se encarregava da venda do melão junto aos mercados externo e interno (COSTA, 2002). As principais empresas âncoras da fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte, citadas anteriormente, decretaram falência, a primeira em 2002 e a segunda em 2003 (NUNES et al., 2006).

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Nunes *et al.* (2006) destacam que a falência das grandes empresas deixou uma herança tecnológica significativa, pois esta já se encontrava difundida e apropriada pelos assentados, pelos pequenos e médios produtores não-assentados, que anteriormente atuavam como integrados. Sendo assim, tais produtores deram continuidade à produção de frutas através da integração com outras empresas, como, por exemplo, a Nolem Comercial Importadora e Exportadora S/A. No caso específico dos produtores assentados, os mesmos buscaram, além da integração via contratos com a Nolem, outras formas de organização visando viabilizar a produção e a comercialização de melão, dentre as quais destaca-se a organização através de cooperativa com o apoio de organização não-governamental do Programa de Comércio Solidário do Melão desenvolvido por produtores do município de Baraúna (COSTA, 2002).

De acordo com Nunes *et al.* (2006), os produtores familiares e os assentados formaram nos anos 90 o segmento mais integrado e a parte mais dinâmica do mercado agrícola do Rio Grande do Norte. Porém, apesar de possuírem uma estrutura organizativa considerável, formada por associações e cooperativas, os mesmos estão enfrentando atualmente muitas dificuldades, dentre as quais se destacam: infra-estrutura de produção e comercialização deficientes; falta de assistência técnica e dificuldade de acesso às políticas de financiamento.

Deve-se ressaltar que 90% da área agrícola irrigada no Rio Grande do Norte está situada na Região do Pólo Assu/Mossoró e que as principais culturas plantadas nesta região são: melão, banana e manga (EMPARN, 2006). De acordo com informações do INCRA/RN, existem no estado cerca de 30 assentamentos nas regiões Oeste, Mato Grande e Litoral Norte que produzem frutas (manga, acerola, caju, abacaxi, goiaba e melão, entre outras), (MDA, 2006).

De acordo com informações obtidas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baraúna, seis assentamentos naquele município trabalharam com a fruticultura irrigada produzindo melão, melancia, no período 2001-2004, enquanto no período 2005-2006 apenas cinco assentamentos trabalharam com a produção de frutas, produzindo melão, melancia e mamão. Destaca-se que em algumas áreas o melão foi substituído pela melancia ou mamão.

Diante do exposto este estudo teve como objetivo geral: analisar o processo de produção e comercialização da fruticultura irrigada desenvolvida em áreas de assentamentos do município de Baraúna – RN. E como objetivos específicos: verificar a forma de organização da produção e comercialização de frutas em áreas de assentamento; traçar o perfil sócio-econômico dos produtores; verificar a área plantada, a produção, produtividade e a quantidade comercializada (nos mercados externo e interno) de cada uma das frutas por assentamento; identificar os canais de comercialização adotados; verificar a renda dos produtores oriunda da fruticultura irrigada.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os dados foram coletados junto aos produtores rurais, e demais agentes (Presidente do Sindicato, Presidente da Associação e Assistência Técnica) envolvidos na fruticultura irrigada no município de Baraúna – RN. No período 2001/2004, haviam



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



128 produtores de frutas em seis assentamentos, em 2005/2006 esse número caiu para 49 produtores em cinco assentamentos. Para a realização do estudo devido a limitações de tempo e financeira, optou-se pela amostragem do tipo não-probabilística, trata-se de amostragem intencional com pessoas chaves, o tipo de amostragem adotado não invalida os resultados obtidos, pois a população alvo é bastante homogênea, ou seja enfrentam as mesmas condições e obstáculos.

Diante disso, a amostra foi composta por 24 produtores rurais; 6 presidente de associações dos assentamentos; 1 representante de sindicato e 1 representante da assistência técnica. O que corresponde a 32 pessoas.

Para a realização da pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas e instrumentos de coleta de dados: Pesquisa bibliografia; Pesquisa documental; Pesquisa de campo, com aplicação de 32 questionários.

3 ASPECTOS TEÓRICOS

Nos últimos anos o termo agricultura familiar tornou-se presente na maioria dos estudos que tratam da atividade agrícola e, passou a ser utilizado de forma freqüente pelos técnicos de instituições governamentais e não governamentais que realizam atividades, estudos e/ou elaboram políticas visando o desenvolvimento do meio rural. Mas como afirma Wanderley, este não é um conceito novo:

A agricultura familiar não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria social analítica nova na Sociologia Rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência, que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 1996, p. 2).

São vários os conceitos e definições e laborados para a agricultura familiar:

- Define-se de maneira genérica a agricultura familiar, como sendo, aquela em que a família, ao mesmo tempo em que possui a propriedade dos meios de produção é também responsável pelo trabalho no sistema produtivo (WANDERLEY, 1996);
- A FAO considera como sendo agricultores familiares aqueles agricultores que possuem apenas um empregado permanente;
- O Ministério da Agricultura, no contexto do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar considera como familiares todos os agricultores que contratam até dois empregados permanentes e que detêm uma área inferior a quatro módulos fiscais;
- Do ponto de vista da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais), entende como sendo familiares todos os agricultores que realizam suas atividades em menos de quatro módulos fiscais e que não contratam mão-de-obra permanente.

Percebe-se que a definição de agricultura familiar pode variar de acordo com finalidades práticas, ou seja,



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com a finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABROMOWAY, 1997, p. 1).

No contexto do presente trabalho, os termos agricultura familiar e pequenos produtores são sinônimos e, referem-se a agricultores que fazem parte de assentamentos de reforma agrária, e que, portanto, são responsáveis pela gestão, propriedade e trabalho na atividade econômica que desenvolvem. Adverte-se ainda que a agricultura familiar não deve ser compreendida meramente como agricultura de sobrevivência, ao contrário deve ser entendida como uma agricultura que além de garantir a subsistência dos agricultores e de seus familiares constitui também fonte de renda, ou seja, diz respeito a uma agricultura voltada para o mercado.

Destaca-se que um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares é exatamente a inserção no mercado, devido a falta de capacitação e conhecimento relacionados à questão da comercialização. No entanto, nos últimos anos, os produtores rurais buscando reduzir as dificuldades de inserção no mercado têm se organizado em associações, cooperativas ou buscado a integração com agroindústrias (MARQUES & AGUIAR, 1983).

No contexto do presente estudo o termo integração foi utilizado para descrever o aspecto organizacional da produção e comercialização, de acordo com Marques e Aguiar (1983), são dois os tipos de integração: a integração horizontal que ocorre quando há a combinação de duas ou mais firmas atuando no mesmo estágio do mesmo processo produtivo e, a integração vertical que ocorre quando duas ou mais empresas ou agentes econômicos atuam em estágios separados do mesmo processo produtivo.

Em sua análise Zilberstajn (1995), destaca que os custos burocráticos e os custos de produção podem em conjunto definir qual a forma mais eficiente de organização. Portanto, as distorções burocráticas a que as formas de organização estão sujeitas, devem ser consideradas no momento da escolha dos modos alternativos de organização da produção. O autor afirma também, “que mais integração não significa necessariamente maior eficiência, ou mesmo maior lucro”, pois os ganhos de escala ou monopolísticos resultantes de uma posição dominante de mercado, podem ser eliminados quando for levado em consideração o custo relativo à escolha do modo de governança.

Destaca-se que o autor concentra sua análise nas formas extremas de organização, isto é, via mercado e via integração. No entanto, deve-se destacar que



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



importantes arranjos do tipo híbrido devem ser avaliados mais profundamente, dada a sua importância na realidade vivenciada pelos agentes econômicos em suas transações.

Do exposto conclui-se que os agentes econômicos, sejam eles firmas, a exemplo de agroindústrias ou produtores rurais, ou qualquer outro agente devem considerar, os seguintes critérios no momento de decidir qual a estrutura de governança que melhor se adequa à transação por eles realizadas: o tipo de produto objeto na transação deve ser considerado, pois a partir deste pode-se escolher com maior segurança a estrutura e governança mais adequada; a eficiência, ou seja, a estrutura de governança escolhida deve ser àquela que possibilite a minimização dos custos burocráticos (custos da não adaptação) e dos custos de produção; deve-se levar em consideração as características da transação, ou seja, a frequência, o risco, a incerteza e a especificidade dos ativos, bem como o ambiente institucional e, ainda, a existência de oportunismo e de racionalidade limitada, pois tais fatores determinam a eficiência da estrutura de governança escolhida.

Dentre as estruturas de governança híbridas, duas têm se destacado quando se trata de relações entre agricultores e entre estes e as agroindústrias, trata-se da estrutura de governança denominada integração via contratos e organização através de cooperativas (integração horizontal). Como afirma Campos (2001), existem diferenças entre a integração vertical e a integração via contratos:

a integração via contratos consiste em transações firmadas entre agricultores e companhias ou negociantes, especificando uma ou mais condições de produção e/ou comercialização de determinado produto agrícola. Considerando-se como integração vertical especificamente aquelas situações em que uma única firma é responsável pela operação administrativa de dois ou mais estágios de produção, a integração através de contratos, que representa a maioria dos casos não seria considerada uma integração vertical propriamente dita, podendo até mesmo se constituir em uma alternativa para esta (THAME & AMARO, 1987:34, citado por CAMPOS, 2001, p. 19).

A integração horizontal, ou seja, organização dos produtores através de cooperativas, de acordo com Marques & Aguiar (1983), também constitui uma das maneiras adotadas pelos agricultores para aumentar o poder de barganha e garantir a obtenção de melhores resultados econômicos no mercado. Pode-se definir cooperativa, como sendo uma forma de organização legal de um grupo de indivíduos que busca aumentar seu poder de negociar com outros participantes do sistema econômico. As cooperativas podem ser classificadas de acordo com as atividades que desenvolvem em: cooperativas comerciais, cooperativas de consumo, cooperativas de serviços, cooperativas de beneficiamento e cooperativas de produção. No âmbito da agricultura, as cooperativas voltadas à comercialização têm ganhado cada vez mais importância diante das exigências impostas pelo processo de globalização ao mercado de alimentos fato este, que obriga os produtores a se organizarem com o intuito de se tornarem cada vez mais competitivos.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Thame & Amaro citados por Maia (1996), apontam como principais razões que levam as empresas e os produtores agrícolas à adoção de contratos: as empresas buscam conquistar posição no mercado, mantendo fornecedores fixos que garantem o suprimento contínuo de matéria-prima, a redução dos custos e permitem a empresa oferecer produtos em quantidade e qualidade requeridas pela demanda; as empresas comprometem-se com um número menor de agricultores, obtendo assim, a redução nos custos de matéria-prima e a facilidade no acompanhamento dos pomares. Os contratos permitem aos produtores rurais, maior facilidade de aumentar a produção e de introduzir novas tecnologias; maior garantia de capital e/ou de orientação técnica; redução dos riscos do agricultor; oportunidade de produzir para um mercado assegurado; menor incerteza na aplicação e aquisição dos insumos.

Segundo Azevedo (2000), devido as características intrínsecas aos produtos agrícolas e à relação entre os agentes econômicos, como por exemplo, produtores rurais e agroindústrias, os vários arranjos institucionais estabelecidos exercem um forte impacto sobre a eficiência de um determinado sistema. Isso faz com que a criação de regras, visando disciplinar o comportamento dos participantes de um dado sistema agroindustrial, possa vir a ser decisiva para a sua eficiência e competitividade, por possibilitar uma maior coordenação das ações do que àquela que seria obtida por meio da coordenação via sistema de preços.

De acordo com o autor, produtos e transações agroindustriais apresentam características particulares, são elas:

- a) perecibilidade do produto;
- b) participação elevada do frete nos custos dos produtos;
- c) a importância da qualidade e regularidade dos insumos leva a uma relação de dependência entre os diferentes elos de um sistema agroindustrial;
- d) elevado grau de incerteza no que se refere à variação de preços e da qualidade dos produtos, decorrentes do domínio imperfeito da natureza pelo homem, que gera problemas como sazonalidade e choques aleatórios da oferta em decorrência de acidentes climáticos;
- e) longo período de maturação dos investimentos, devido a subordinação à natureza, que não permite ajustes rápidos e sem custos à oferta de produtos agrícolas.

Portanto, percebe-se com base nas características do produto e das transações dos sistemas agroindustriais, que as atividades agrícolas são desenvolvidas em um contexto de elevada incerteza e dependência entre as partes envolvidas nas transações. Nesse contexto, o papel das instituições amplia-se. No entanto, o principal objetivo das mesmas é reduzir os custos das interações entre os seres humanos, constituindo-se, dessa forma, um elemento relevante para a eficiência econômica e o desenvolvimento.

Considerando os objetivos deste trabalho faz-se necessário deixar claro o conceito de sustentabilidade, segundo Batalha (2001), uma atividade econômica é considerada sustentável quando a mesma se mostra capaz de manter sua produtividade mesmo quando submetida a forças perturbadoras, como por exemplo, variações nos preços, seca, inundações. No contexto deste trabalho considera-se um assentamento



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



sustentável economicamente caso a fruticultura se apresente como uma atividade capaz de garantir a geração de emprego e renda para os membros das famílias assentadas o ano inteiro, apesar das mudanças ocorridas no mercado.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos anos 2005 e 2006 foram 05 (cinco) os assentamentos rurais que trabalharam com a fruticultura irrigada, no município de Baraúna, são eles: Poço Baraúna I, Poço Baraúna II, Catingueira, Rancho do Pereiro e Olho D'água da Escada.

Quanto as frutas produzida observou-se que todos os assentamentos localizados em Baraúna, acima citados dedicaram-se ao cultivo de melancia, 3 (três) deles cultivaram também o mamão, e 1 (um) produziu também melão. No que se refere à forma de organização da produção verificou-se que predomina a produção de frutas em lote individual nos assentamentos de Baraúna, pois apenas os produtores do assentamento Tiradentes cultivaram a melancia de forma coletiva, ou seja, organizaram um grupo de produtores para produzir na área destinada a produção coletiva.

A comercialização das frutas produzidas nas áreas de assentamentos de Baraúna é feita principalmente a atravessadores, os agricultores, presidentes de associação e técnicos entrevistados afirmaram que nas seis áreas produtoras ocorre a venda de produtos a esse agente econômico, apenas dois assentamentos atuaram no período 2005-2006 integrados através de contratos com empresas visando a produção e comercialização da produção.

Os produtores que realizaram a produção e a comercialização de frutas, integrados com empresas via contratos, bem como os presidentes de associações e técnicos entrevistados informaram que o papel dos agricultores no processo de integração é: disponibilizar a terra e mão-de-obra; realizar o plantio, o trato e a colheita das frutas conforme as orientações da empresa.

A empresa integradora por sua vez deve: disponibilizar os insumos; garantir a assistência técnica durante a produção e colheita; responsabilizar-se pela comercialização, definindo o preço e a quantidade dos produtos.

As empresas integradoras exigem que a mão-de-obra utilizada na fruticultura irrigada seja treinada para realizar a limpeza dos galpões, a lavagem e seleção das frutas. Quanto as exigências ou padrões de qualidade do produto pelas empresas os agricultores informaram que as mesmas definem: o grau brix; o peso e a qualidade das frutas e, os produtores que não atenderem aos requisitos estabelecidos têm sua produção rejeitada pela empresa integradora arcando assim com todo o prejuízo.

Ao serem questionados sobre as vantagens de produzir frutas em parceria com as empresas, os agricultores afirmaram que a principal vantagem é que as empresas cumprem o contrato e realizam os pagamentos em dia, ou seja, com o contrato os produtores livram-se dos “calotes” e tem a garantia do escoamento de sua produção. Quanto as desvantagens enfrentadas pelos mesmos no processo de integração disseram que a principal são os baixos preços do produto estabelecido pelas empresas, isso ocorre devido a falta de informações dos agricultores quanto a situação do mercado.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Foram levantados dados visando traçar um breve perfil dos agricultores que trabalham com a fruticultura irrigada, com base nos mesmos verificou-se que: possuem um baixo nível de escolaridade, predominando produtores com o ensino fundamental I incompleto; o número de membros das famílias em sua maioria é superior a quatro pessoas; dos 24 (vinte quatro) agricultores pesquisados 19 (dezenove) têm uma renda mensal de no máximo um salário mínimo e, 5 (cinco) têm renda superior a um salário mínimo.

Em 2006, a área ocupada com fruticultura irrigada nos assentamentos pesquisados de Baraúna foi de 116 hectares e em Mossoró foi de aproximadamente 54 hectares, distribuídas da seguinte forma:

BARAÚNA		
FRUTAS	ÁREA PLANTADA (HECTARE)	PRODUÇÃO (KG)
MELANCIA	92	2.300.000
MELÃO	3	60.000
MAMÃO	21	1.680.000

Fonte: pesquisa de campo

De acordo com as informações obtidas junto aos presidentes das associações dos assentamentos e técnicos entrevistados, as frutas produzidas nos assentamentos destinam-se: 10% para o mercado local; 10% para o mercado regional; 30% para o restante do mercado nacional e 50% para o mercado externo.

Comparando-se os dados obtidos na pesquisa com os dados levantados por Costa (2002), os dados obtidos referentes a 2006, observou-se que:

- Os assentamentos de Baraúna reduziram drasticamente a área plantada de melão e diversificaram a produção da fruticultura irrigada através da ampliação do plantio de melancia e da introdução do cultivo de mamão.
- Em 2002, os seis assentamentos de Baraúna produziam e comercializam o melão via integração com empresas ou via cooperativas através do programa de comércio justo e solidário; em 2006, as frutas cultivadas foram predominantemente comercializadas via atravessadores; a comercialização via programa de comércio justo e solidário deixou de existir e número de produtores assentados que firmaram contratos com as empresas integradoras reduziu.
- Deve-se destacar que em Baraúna, os produtores assentados a medida que reduziram a área plantada de melão diversificaram a produção de frutas cultivando outras frutas como melancia, mamão.

No que diz respeito a remuneração mensal dos produtores observou-se que a mesma é baixa, conseqüência da falta de planejamento da comercialização; do predomínio das vendas via atravessador; do baixo preço dos produtos e da falta de união e organização dos produtores.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando-se a Balança comercial do estado do Rio Grande do Norte, observa-se que a fruticultura irrigada tem contribuído significativamente com as exportações potiguaras especialmente com o melão, banana, mamão e manga. No entanto, apesar da comercialização dessas frutas gerarem um volume considerável de receita, o agricultor especialmente aqueles de áreas de assentamento se apropriam apenas de uma pequena parcela da mesma.

Os dados levantados pela pesquisa demonstram que a fruticultura irrigada desenvolvida de forma integrada ou não-integrada não tem sido capaz de garantir a sustentabilidade dos assentamentos que desenvolvem essa atividade, ou seja, a geração de emprego e renda para os membros das famílias assentadas ao longo do ano, devido: os custos elevados dos insumos; os baixos preços pagos aos produtores pelos agentes responsáveis pela comercialização; a falta de qualificação e recursos dos agricultores o que os impedem de organizarem adequadamente a produção e a comercialização e a falta de união e organização dos produtores que insistem em produzirem de forma individual e, não buscam estratégias coletivas no âmbito da produção e comercialização.

Dentre as dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa destacam-se: a recusa de alguns produtores, em responder o questionário; o difícil acesso a algumas áreas de assentamento; a não disponibilidade de recursos financeiros para a execução da pesquisa e falta de organização dos produtores quanto aos registros dos dados referentes a produção e comercialização dos anos anteriores, o que dificultou a obtenção dos dados de todo o período definido para a pesquisa.

Recomenda-se a realização de estudos futuros que busquem mensurar com clareza as margens de comercialização obtidas por cada um dos agentes econômicos, ao longo dos canais responsáveis pela comercialização da produção oriunda da fruticultura irrigada visando demonstrar qual o agente que se apropria da maior parcela do preço das frutas.

Recomenda-se ainda a realização de trabalhos de extensão visando capacitar os produtores no que se refere ao controle dos custos de produção e comercialização e; a organização de cooperativas e associações e para a obtenção de informações de mercado.

REFERÊNCIAS

ABROMOWAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília. Anais...Brasília: PNUD, 1997.

AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. Revista de Agricultura. São Paulo, v. 47(1), p. 33-52, 2000.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001. v. 1.

CAMPOS, F. R. **Determinantes da garantia de fornecimento de matérias-primas na integração agricultura-agroindústria: o caso da produção de maracujá**. Uberlândia: UFU/Programa de Pós-Graduação em Economia, 2001, 108p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico).

COSTA, G. C. da. **A produção e comercialização de melão em áreas de assentamentos nos municípios de Mossoró e Baraúna – RN: identificação e análise das estruturas de governança**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002. Dissertação (Programa de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará).

EMPARN. **Fruticultura tropical**. Disponível em: <http://www.emparn.rn.gov>. Acesso em: 25 de junho de 2006.

MAIA, Maria Lúcia. **Citricultura paulista: evolução, estrutura e acordos de preços**. São Paulo: IEA, 1996, 157p. (Coleção Estudos Agrícolas, v. 4).

MARQUES, P. V.; AGUIAR, D.R.D. de. **Comercialização produtos agrícolas**. São Paulo: Edusp, 1983.

MDA. **Estimulada a produção de frutas nos assentamentos do RN**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/index..> Acesso em: 25 de junho de 2006.

MDIC. **Balança comercial do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 23 de junho de 2006.

NUNES, E. M.; QUEIROZ, K. da S.; GODEIRO, K. F. **A reforma agrária e o desenvolvimento rural no estado do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <<http://www.icarrd.org./po/proposols/emanoel-2006.pdf>>. Acesso em: 14/04/2006
WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1996. Minas Gerais. Anais...Minas Gerais: ANPOCS, 1996.

ZILBERSTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusines: uma aplicação da nova economia das instituições**. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Departamento de Administração/USP, 1995, 237 p. (Tese de Livre Docência).